

## EDITORIAL

A Revista da Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo – RESPGE-SP chega ao seu décimo volume.

O lançamento deste volume consolida a RESPGE-SP como um importante meio de divulgação do conteúdo produzido pelos alunos e professores dos cursos de especialização e extensão da Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, além de contar com textos de juristas renomados no Brasil e no exterior, contribuindo sobremaneira para que a ESPGE-SP exerça de forma honrosa a sua função de especializar a advocacia estatal e difundir o conhecimento jurídico<sup>1</sup>.

Por essa razão, antes de apresentar este volume ao leitor, gostaríamos de resgatar um pouco do sentimento impresso no lançamento do 1º volume da Revista, período em que a ESPGE esteve sob a direção da competente procuradora do estado, Patrícia Ulson Pizarro Werner, também editora científica da RESPGE-SP.

Destacava a então diretora, a imensa satisfação ao apresentar o primeiro número da RESPGE-SP, que teria a incumbência de *divulgar o conhecimento científico, nacional e estrangeiro, produzido no campo das Ciências Jurídicas [...]²*, apontando, também, que *O processo de criação desse primeiro número foi uma grande lição para nós, principalmente diante de atender às exigências para a publicação de um documento de padrão internacional.*<sup>3</sup>

A publicação deste volume comprova que os objetivos traçados pelos idealizadores da revista foram plenamente atingidos, sendo ela reconhecida e festejada no meio acadêmico e profissional.

De outro lado, a dificuldade de atendimento das exigências para a publicação da revista persiste, além da constante busca pela modernização e adequação de seu formato às necessidades atuais.

Não bastasse a própria evolução dos meios de comunicação, a desafiar a elaboração da revista, especificamente na área do Direito Público, principal enfoque da RESPGE-SP, as inovações foram significativas nos últimos anos.

Parte dessas novidades são tratadas no volume que agora chega ao público, como a arbitragem tributária e a mediação de conflitos como instrumento de justiça ambiental.

Há também temas de extrema relevância para a Administração Pública na área contabilidade, orçamento e finanças públicas, que foram objeto de aprofundados estudos em cursos de extensão e especialização, resultando valiosos textos

---

<sup>1</sup> Art. 48 da lei complementar nº 1.270/2015 (Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo).

<sup>2</sup> Editorial da RESPGE-SP vol. 1, n.1, jan/dez/2010, p. 12.

<sup>3</sup> Op.cit.

sobre a vinculação da receita de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino no estado de São Paulo, cassação de aposentadoria e compensação financeira entre regimes previdenciários e um estudo de caso sobre contabilização de passivos e provisões pelo estado de São Paulo em contrato de parceria público-privada de fundação para o remédio popular.

Além da importância temática, registre-se que todos os textos que compõem a presente edição foram rigorosamente avaliados por professores pareceristas, em sistema de duplo cego, o que demonstra o cuidado da equipe com a qualidade do material ora apresentado.

Desejamos uma excelente leitura e vida longa à RESPGE-SP!

**BRUNO MACIEL DOS SANTOS**

Procurador do estado chefe do Centro de Estudos  
Diretor da ESPGE